

FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA E AUTONOMIA POLÍTICA E ECONÔMICA DE MULHERES SEM TERRA NO DF

Edineide Soares da Rocha¹, Mônica Celeida Rabelo Nogueira²

¹ Estudante do curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília, e-mail: rochaedineide@hotmail.com.

² Professora Mônica Celeida Rabelo Nogueira da Universidade de Brasília, e-mail: monicacrnogueira@gmail.com.

GT28: Jovens Pesquisadores

Resumo

O retorno para a terra exige esforço de reorganização social de mulheres e homens, em acampamentos e assentamentos. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) enfrenta esse desafio de diversas formas, inclusive com processos formativos. A agroecologia tem sido difundida por meio dessas formações. Algumas delas dirigidas para mulheres sem terra, articulando gênero e agroecologia. Para investigar os efeitos dessas formações sobre Mulheres Sem Terra, esta pesquisa ouviu 21 mulheres - entre moradoras do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William em Planaltina, Distrito Federal, e coordenadoras das formações e dirigentes do MST -, em rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas e caminhadas transversais nos lotes, realizadas entre 2019 e 2020. Este resumo apresenta a análise preliminar dos resultados relativos à interlocução com 10 dessas 21 mulheres, que participaram de processos formativos. O método de pesquisa incluiu ainda a rememoração de fatos e situações, pela primeira autora, militante do MST e moradora do Acampamento 8 de Março, bem como da observação direta e participante de formações realizadas pelo movimento nesse acampamento e no Assentamento Pequeno William. Os resultados revelam que as formações têm contribuído efetivamente para o protagonismo e a autonomia das Mulheres Sem Terra, na medida em que abrem espaço para o apoio mútuo entre elas, para o enfrentamento da violência, a quebra do silenciamento e, na articulação entre teoria e prática, a produção de alimentos, a geração de renda e a projeção de novas sujeitas políticas.

Palavras-chave: Mulheres, Agroecologia, Autonomia.

Introdução

A luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tem exigido um amplo esforço de reorganização social e política de homens, mulheres, jovens e adultos. Nos acampamentos e nos assentamentos estabelecidos a partir da luta, muitos são os desafios cotidianos para que as famílias possam viver e produzir coletivamente. Nesse contexto, os processos formativos do Movimento Sem Terra visam preparar esses sujeitos para a construção coletiva dos acampamentos e assentamentos, procurando desenvolver a capacidade de leitura da realidade, de construção de estratégias políticas, de organização e produção, dos trabalhadores e

trabalhadoras que retornam à terra. Assim, pode-se supor que as mulheres que participam nessas formações ampliam o seu potencial para planejar, decidir e atuar nos acampamentos, assentamentos e demais espaços políticos.

O MST tem dedicado especial atenção nos últimos anos às formações sobre Agroecologia, que incluem ações dirigidas especificamente às mulheres sem terra. No Acampamento 8 de Março e no Assentamento Pequeno William, localizados na Região Administrativa VI, de Planaltina, Distrito Federal, observa-se a liderança de mulheres, associada a esses processos formativos, especialmente aqueles que correlacionam gênero e agroecologia.

A pesquisa buscou então responder as seguintes perguntas: *Qual o histórico do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William? Como se articulam gênero e agroecologia nas ações e práticas formativas e organizativas das mulheres sem terra nessas duas áreas? As ações e práticas formativas, organizativas e produtivas promoveram o protagonismo dessas mulheres, contribuindo para sua autonomia política e econômica?*

Objetivo

O objetivo desta pesquisa foi analisar as ações formativas (para a organização e a produção agroecológica) realizadas pelo MST/DFE junto às mulheres acampadas e assentadas do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, em Planaltina, Distrito Federal, a fim de investigar a contribuição da formação para o protagonismo das mulheres e para sua autonomia política e econômica.

Metodologia

Esta pesquisa ouviu 21 Mulheres Sem Terra, em rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas e caminhadas transversais por seus lotes, realizadas entre 2019 e 2020. Parte das mulheres ouvidas participaram das formações do MST nessas duas localidades; a outra parte foi composta por coordenadoras das formações e dirigentes do movimento. Aqui, são apresentados os resultados de análise preliminar apenas das entrevistas realizadas com 10 mulheres que participaram das formações. Por meio das entrevistas buscou-se apreender elementos da trajetória e do cotidiano dessas mulheres, bem como de sua percepção sobre reforma agrária, agroecologia e o papel das formações para o seu fortalecimento pessoal e coletivo.

O método de pesquisa incluiu ainda a rememoração de fatos e situações, pela primeira autora, militante do MST/DFE e moradora do Acampamento 8 de Março, bem como a observação direta e participante (MOREIRA, 2002) de formações realizadas pelo movimento nesse acampamento e no Assentamento Pequeno William.

Resultados e Discussão

O Acampamento 8 de Março conta com um forte protagonismo de mulheres, desde a quarta ocupação da área. A primeira ocupação ocorreu em 2004. A quarta, em 2012, ocasião em que a ocupação foi liderada pelas Mulheres Sem Terra da direção do MST/DFE. O Assentamento Pequeno William, por sua vez, foi um espaço propulsor para o debate de gênero e agroecologia pelo MST/DFE. Foi ali onde o debate e a prática sobre gênero e agroecologia começaram a ganhar importância e se internalizar na mente das famílias, a partir dos encontros, seminários e reuniões do Movimento Sem Terra, no Pequeno William, desde a época em que esse assentamento ainda era um acampamento, em 2007. Ambos os lugares passam por uma transição agroecológica, que tem sido impulsionada por ações formativas, organizativas e produtivas do

MST/DFE.

Dez Mulheres Sem Terra (do conjunto de 21 entrevistadas nesta pesquisa), moradoras do Acampamento 8 de Março ou do Assentamento Pequeno William, tendo participado dessas formações, quando perguntadas sobre o que significa para elas a reforma agrária, afirmaram ser a luta e a conquista da terra, para a poderem produzir e criar os seus filhos. Para parte dessas mulheres – sobretudo aquelas que estão há mais tempo no MST - a agroecologia está associada à reforma agrária, como bandeira de luta, modo de vida e um posicionamento político de contraposição ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Assim, reforma agrária e agroecologia figuram nas respostas de parte dessas mulheres como elementos que não se dissociam um do outro.

Todas as 10 mulheres entrevistadas concordam que a agroecologia é também um modelo de produção com potencial para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade para o meio ambiente. Elas destacam ainda ganhos com o aumento da diversidade de alimentos produzidos, sobretudo para a saúde da família e dos consumidores.

Observa-se que as Mulheres Sem Terra, que têm mais tempo de militância, tendo participado de um maior número de processos formativos, apresentam uma perspectiva mais abrangente sobre os temas colocados durante as entrevistas, além de maior capacidade de leitura da realidade, do que as que tem menos tempo e participação nos processos formativos do Movimento Sem Terra. De todo modo, no conjunto, as percepções das Mulheres Sem Terra se mostram muito próximas de definições correntes nos movimentos sociais da agroecologia e que afirmam tratar-se de algo mais amplo que um mero sistema agrícola. Segundo Pádua (2001, p. 111), em documento preparatório ao primeiro encontro nacional de agroecologia, “a agroecologia é muito mais do que uma forma de gestão de recursos naturais, configurando-se como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo”.

Sem que fosse previsto (pois não havia uma pergunta específica sobre o tema no roteiro de entrevistas adotado), muitas mulheres relataram violências vivenciadas, desde a infância, pelo autoritarismo, pelo machismo de seus maridos (ou ex-maridos) e de outros homens próximos e familiares. Uma violência cotidiana, marcada nas atitudes e nas ações dos homens, e muito naturalizada no dia a dia das mulheres. As mulheres demonstraram em seus relatos o quanto essa violência está presente em suas vidas, desde expressões sutis ouvidas por elas a brincadeiras de crianças, mas sobretudo na violação do direito aos seus corpos, nas relações afetivo-sexuais com seus maridos e nas agressões físicas sofridas ao longo dos anos. Alguns dos relatos também revelam como essas mulheres vieram sendo afetadas pela violência contra os Trabalhadores Sem Terra, por conflitos fundiários, se vendo assim obrigadas a se deslocarem de um estado para o outro, para se protegerem de ameaças e atentados.

A luta pela terra e os processos formativos têm representado oportunidades de transformação desse quadro e de ruptura das Mulheres Sem Terra com a violência patriarcal que estrutura a sociedade. Os processos formativos, organizativos e produtivos têm oferecido a essas mulheres espaço para se apoiarem umas às outras e perceberem que não estão só. Sejam em pequenas oficinas ou em um grande encontro, como o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra (em 2020), os processos formativos ampliam os horizontes dessas mulheres e as projetam como novas sujeitas políticas, para participarem em processos de tomada de decisão, na demarcação de espaços políticos, de lutas revolucionárias e de conquistas por direitos.

As vinculações desse processo com a agroecologia ficam evidentes na expressão utilizada pelas Mulheres Sem Terra: “não se produz alimentos saudáveis com relações doentes”. Assim, entendida como um modo de vida, a agroecologia implica em repensar

as relações de forma geral, as relações da espécie humana com a natureza e as relações entre pessoas.

As entrevistas revelam ainda que os processos formativos vêm contribuindo para a autonomia das Mulheres Sem Terra, mas em sentido amplo. Não somente em uma perspectiva obtenção da renda, mas principalmente pela autodeterminação para organizar e desenvolver o trabalho, de forma semelhante ao relatado por Vale (2015) na análise do caso das mulheres quebradeiras de coco, no Maranhão.

A agroecologia aponta assim para alternativas, gestadas e vivenciadas pelas mulheres no contexto da formação e da própria produção agroecológica, ou seja, por meio da articulação entre teoria e prática. É parte desse processo a quebra do silenciamento, para que elas se sintam prontas a partirem para a tomada de decisões e assim, terem autonomia, seja política ou de renda.

Conclusão

Apesar do machismo autoritário, herdado do sistema patriarcal e do capital na sociedade, Mulheres Sem Terra do Acampamento 8 de Março e do Assentamento Pequeno William, em Planaltina – DF, têm encontrado espaço de formação para se fortalecerem, superarem o histórico de violência, produzirem alimentos saudáveis e atuarem politicamente na defesa de seus direitos, com o apoio do Movimento Sem Terra. É no âmbito dos processos formativos e produtivos que as Mulheres Sem Terra se organizam no intuito de terem autonomia na geração de renda, por meio da produção ou comercialização de sua produção agrícola, cultural, artesanal ou intelectual. Mas é também nesses espaços que descobrem que podem se apoiar mutuamente para mudar a sua realidade, pela ação política.

Agradecimentos

Agradecemos às mulheres que participaram desta pesquisa e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do DF e Entorno. Também ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) pela concessão de bolsa de pesquisa. Por fim, registramos um agradecimento especial aos professores Alex Fabiano Cortez Campo e Sérgio Sauer.

Referências

- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- PADUA, J. A. (Org.) **Seminário preparatório ao Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 27 e 28 de julho de 2001. Rio de Janeiro, agosto de 2001.
- VALE, S. R. G. A. **Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru - Mirim/MA**. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Saúde Pública e Meio Ambiente) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Rio de Janeiro, 2015.